



ABORDAGENS DE GÊNERO COMO FERRAMENTA PARA A DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO: (RE)EXISTÊNCIAS EM EPT

Pérsida Pereira da Silva¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4742-0578>.

E-mail: persidasilva@ifsul.edu.br

Daniela Medeiros de Azevedo Prates²

Instituto Federal Sul-rio-grandense: Pelotas - RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8185-0087>

E-mail: danielaprates@ifsul.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo o estudo de três abordagens do conceito de gênero a partir de Joan Scott (1995) como estratégia para a desconstrução do machismo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que desde a sua gênese constitui-se como um lugar “masculino” em razão da natureza dos cursos técnicos onde historicamente normalizou-se os papéis atribuídos socialmente como masculinos ou femininos. Assim iniciamos com a primeira abordagem de gênero a partir do patriarcado, a segunda abordagem traz a tradição marxista e a terceira abordagem fundamenta-se no pós-estruturalismo. Dentre as contribuições teóricas estão Cisne (2018), Federici (2021), Manfredi (2017), Saffioti (1978). Nossa objetivo e nossa luta não é “derrubar” o machismo, mas “desconstruir”, tijolo a tijolo. O intuito não é dominar os homens, mas abordar as formas de discriminação para que tenhamos ambientes de igualdade entre os gêneros. É um artigo que traz uma discussão para aqueles e aquelas que, com sinceridade, desejam ter um novo olhar para as relações de gênero.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFSl). Técnica em Contabilidade e Coordenadora de Orçamento, Contabilidade e Finanças no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSl), Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4742-0578>. E-mail: persidasilva@ifsul.edu.br.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4742-0578>. E-mail: persidasilva@ifsul.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente e pesquisadora em juventudes e Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSl), Charqueadas, Rio Grande do Sul, Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8185-0087>. E-mail: danielaprates@ifsul.edu.br.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Machismo; Patriarcado; Gênero.

GENDER APPROACHES AS A TOOL FOR THE DECONSTRUCTION OF MACHISMO: (RE)EXISTENCES IN TPE

ABSTRACT

This article aims to study three approaches to the concept of gender from Joan Scott (1995) as a strategy for the deconstruction of machismo in Professional and Technological Education (PTE), which since its genesis has been constituted as a "masculine" place due to the nature of technical courses where historically the roles socially attributed as masculine or feminine have been normalized. So we start with the first approach to gender from patriarchy, the second approach brings the Marxist tradition and the third approach is based on post-structuralism. Among the theoretical contributions are Cisne (2018), Federici (2021), Manfredi (2017), Saffioti (1978). Our goal and our struggle is not to "overthrow" machismo, but to "deconstruct", brick by brick. The intention is not to dominate men, but to address forms of discrimination so that we have environments of equality between genders. It is an article that brings a discussion to those who, with sincerity, wish to have a new look at gender relations.

Keywords: Professional and Technological Education; Machismo; Patriarchate; Gender.

LOS ENFOQUES DE GÉNERO COMO HERRAMIENTA PARA LA DECONSTRUCCIÓN DEL MACHISMO: (RE)EXISTENCIAS EN LA EPT

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo estudiar tres aproximaciones al concepto de género desde Joan Scott (1995) como estrategia para la deconstrucción del machismo en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), que desde su génesis se ha constituido como un lugar "masculino" debido a la naturaleza de los cursos técnicos donde históricamente se han normalizado los roles socialmente atribuidos como masculinos o femeninos. Así que comenzamos con el primer enfoque de género desde el patriarcado, el segundo enfoque trae la tradición marxista y el tercer enfoque se basa en el postestructuralismo. Entre las contribuciones teóricas se encuentran Cisne (2018), Federici (2021), Manfredi (2017), Saffioti (1978). Nuestro objetivo y nuestra lucha no es "derrocar" el machismo, sino "deconstruir", ladrillo a ladrillo. La intención no es dominar a los hombres, sino abordar las formas de discriminación para que tengamos entornos de igualdad entre géneros. Es un artículo que trae una discusión a quienes, con sinceridad, desean tener una nueva mirada sobre las relaciones de género.

Palabras clave: Educación profesional y tecnológica; Machismo; Patriarcado;

Género.

VIDAS QUE NÃO IMPORTAM: MULHERES SEM DIREITO À ESCOLA

Remontamos à formação da sociedade brasileira e constatamos uma construção histórica dos papéis das mulheres e dos homens. É bem verdade que não era particularidade do Brasil, mas de um modo geral, do momento histórico em que a humanidade se encontrava. Diferentemente dos Povos Nativos das Américas, os portugueses que chegaram ao Brasil no ano de 1500 tinham uma visão bem limitada da mulher: de acordo com as leis portuguesas, o sexo feminino fazia parte do *imbecilus sexus* ou sexo imbecil, uma categoria a qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. E é nesse contexto que se forma a sociedade brasileira. Fazemos questão de remontar ao passado, para entendermos nosso presente e para discutirmos o problema de gênero.

O sistema educacional brasileiro, iniciou-se com a educação pelos padres jesuítas. Nesse sentido, o viés religioso e cristão ficou impregnado nas instituições de ensino. No Brasil colônia, os primeiros núcleos de educação profissional, ou escolas-oficinas, foram estabelecidos nas residências dos padres jesuítas nos principais centros urbanos. Esses padres, espalhados em diferentes colégios do Brasil, ensinavam ofícios ligados a carpintaria, ferraria, construção de edifícios, embarcações, pintura, produção de tijolos, telhas, louças, medicamentos, tecelagem. Esses ofícios eram destinados a homens negros escravizados, indígenas e mestiços que estivessem dispostos a aprender. Para os indígenas também havia a catequese e escolas para os colonizadores, particularmente para os setores da elite.

Nesse período da história da educação brasileira, não havia escolas para meninas nas colônias e só nos conventos as meninas podiam receber alguma instrução. O primeiro convento brasileiro, o Recolhimento do Desterro, de acordo com Heleith Saffioti (1978), data de 1678, na Bahia. Em 1685 estabeleceu-se outro convento em São Paulo e no século XVIII surgiram outros. Nesses conventos, eram ministrados a leitura, a música, o canto e os trabalhos domésticos. O currículo era voltado para os tradicionais papéis sociais femininos, já que a igreja católica tinha

como mulher ideal aquela que tivesse uma boa conduta ao dedicar-se à família, sendo amiga da sua casa, caridosa com os pobres, humilde, mansa, virtuosa. Assim, única forma de uma menina saber ler e escrever era se submetendo a ser freira.

Foi nesse contexto das virtudes cristãs que a sociedade brasileira foi se formando. No que tange à educação profissional, foi apenas em 1881, que no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, foi inaugurado o primeiro curso destinado a mulheres. Até então uma menina não podia se formar na educação profissional: a educação profissional era somente para os meninos. Nesse curso inaugurado no Liceu, havia a separação de meninos e meninas, bem como dos cursos ofertados (Manfredi, 2017).

Só quando surgiu esse primeiro curso para meninas que as mulheres puderam ser professoras na educação profissional, tendo em vista que os homens ministravam aulas para os meninos e as mulheres, para as meninas. Levando-se em conta que, de acordo com Heleith Saffioti (1997), em 1816, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, tinham sido estabelecidos dois colégios particulares (laicos) para mulheres na capital do vice-reino e que na constituição de 1823 esteve presente pela primeira vez a instrução laica para o sexo feminino (projeto sufocado pela dissolução da Assembleia), na educação profissional a presença das mulheres como profissionais e como estudantes se deu bem mais tarde. Ou seja, percebe-se uma resistência na admissão de mulheres na EPT. Mesmo quando começou o primeiro curso no Liceu, em 1888, de acordo com Juliana Oliveira (2019), os cursos eram de Português, Música e Desenho, enquanto que o curso destinado ao sexo masculino era denominado “Curso Profissional”. Percebemos que os cursos foram construídos a partir do olhar do papel social construído para as mulheres na sociedade da época.

Desse modo, no decorrer dos anos, a construção da EPT foi de uma escola técnica masculina. E é nesse contexto, que nós, trabalhadoras da educação profissional e tecnológica lutamos por um espaço mais feminino, e, enquanto não for, que seja um espaço onde se compreenda que os papéis ditos femininos e masculinos são construções históricas e sociais e que geram opressões de gênero. Por isso, passamos a apresentar a discussão sobre as abordagens de gênero.

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS

Nesta seção iremos tecer a discussão sobre três abordagens de gênero: a primeira abordagem a partir do patriarcado, a segunda, a partir da tradição marxista e a terceira a partir da concepção pós-estruturalista. O objetivo é trazer uma compreensão detalhada de como se constitui certas ideias dos papéis que “são tidos” como das mulheres e dos papéis que são tidos como de homens. Acreditamos que possa servir de ferramenta na desconstrução do machismo, pois para isso, trabalhamos, incessantemente. Constatamos que a exploração e opressão de gênero se dá por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino, denominando o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem (Cisne, 2015).

Ao introduzirmos o assunto, gostaríamos de dizer que Mirla Cisne (2018) aponta que a utilização do conceito de gênero possibilita um distanciamento do sujeito político “mulher” e de suas lutas. Assim, percebe-se que, por vezes, o termo “gênero” pode dificultar a compreensão das relações sociais de sexo, razão pela qual não é bem aceito entre algumas autoras feministas.

No entanto, optamos por trazer o termo gênero tendo em vista que acolhemos toda a diversidade de mulheres na categoria *mulher*. Nesse sentido, Thomas Cardoso levanta a provocação sobre o apagamento das mulheres transgênero e travestis pela sociedade heterocisnORMATIVA dentro dos debates de gênero, alertando sobre as falhas do feminismo para com a pluralidade das mulheres. Ou seja, as mulheres transgênero e travestis também precisam estar num lugar de reconhecimento dentro das discussões de gênero, e não marginalizadas.

Assim, defende-se a importância da diversidade das mulheres sem negar o aspecto biológico do sexo genital, no entanto, reitera-se que o sexo genital não define quem é o *outro*. Passamos então, às tecituras.

De acordo com Joan Scott (1995), os historiadores e as historiadoras feministas têm variadas abordagens na análise do gênero e podem ser resumidas em três posições teóricas.

A primeira abordagem, segundo Joan Scott (1995), empenha-se em explicar as origens do patriarcado, dirigindo sua atenção à subordinação das mulheres e encontrando a explicação dessa subordinação na necessidade masculina de dominar

as mulheres. Critica a visão da mulher como objeto sexual pelo homem e o trabalho reprodutivo que a mulher desempenha dentro de casa. Pontua que a desigualdade entre homens e mulheres se dá porque os homens entendem que o fator biológico determina os “dons femininos naturais” que são recebidos ao nascer mulher, como o cuidado e a “feminilidade”, o que resulta em profissões historicamente construídas como masculinas e como femininas.

O sistema patriarcal define as qualidades ditas femininas: dedos ágeis; paciência; resistência à monotonia; dons naturais (Cisne, 2018). Dessa forma, o trabalho especializado das mulheres passa despercebido, sendo vinculado às suas habilidades “naturais”, o que serve de justificativa para baixos salários. No ambiente de trabalho essa reprodução fica bem visível no que é esperado de uma mulher e o que se espera de um homem pelas chefias: a reprodução do modelo em que a mulher faz tudo com amor e perfeição, mas aos homens não lhes é incumbido, pelo pressuposto de serem homens, a perfeição. Assim enfatizamos que a reprodução dos papéis de mulher e de homem são responsáveis por reproduzir o machismo, opressão e desigualdades de gênero.

Para Federici (2021), o trabalho realizado no lar que recai sobre as mulheres, reforça isso como algo natural, como feminilidade, que nos afeta em todos os lugares por onde vamos e em tudo o que fazemos. Carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade de “habilidades domésticas” adquiridas desde quando nos tornamos mulheres. Assim, somos vistas como aquelas que sabem fazer como ninguém mais serviços femininos. E, em contrapartida, somos desvalorizadas como incapazes de executar certas atividades, cargos e funções culturalmente entendidas como funções de homens, pois não estão ligadas ao cuidado atribuído às feminilidades. A partir dessas tecituras, partimos para a segunda abordagem.

A segunda abordagem situa-se no interior de uma tradição marxista em que o capitalismo determina a divisão sexual do trabalho e reconhece o problema da mulher enquanto exploração econômica, ou seja, pontua o modo de produção doméstico como exploração da mulher na esfera privada, fruto da opressão vivenciada por mulheres dentro das classes sociais a que pertencem. Neste enfoque marxista, Mirla Cisne (2015) considera que há desigualdades entre homens e mulheres dentro de

uma mesma classe e há também desigualdades “entre mulheres” de classes sociais diferentes.

Ricardo Antunes (2009) relata que há um aumento significativo do trabalho feminino em diversos países, mas que tem se observado que esse trabalho feminino vem sendo absorvido pelo capital, ou seja, é precarizado e desregulamentado, além de que seu percentual de remuneração é bem menor do que aqueles realizados por homens. Nas áreas mais valorizadas, em que se exige conhecimento técnico, a presença masculina é mais constante, enquanto em áreas que envolvem mais trabalho manual a presença de mulheres é mais perceptível, ou seja, o trabalhador é explorado, mas a exploração do trabalho feminino é mais intensificada (Ricardo Antunes, 2009).

Para Flávia Biroli (2017), o fato de a industrialização ter transferido parte da produção que era realizada no espaço doméstico para as fábricas deixou uma lacuna de responsabilização desigual de homens e mulheres, pois houve uma separação entre casa e trabalho fora de casa, sendo esse último considerado o trabalho produtivo. No entanto, surgiu um problema incontornável: os serviços domésticos, que recaíram sobre os braços das mulheres em benefício dos homens. Dessa forma, começou a se justificar melhores salários para os homens porque precisavam sustentar a casa enquanto as mulheres desempenhavam serviços domésticos.

Elisabete Santos e Lígia Nóbrega (2004) pontuam que o enfoque marxista não analisa a premissa da submissão das mulheres pelos homens, mas que esse ponto é retomado pelo marxismo socialista, porém reconhecem que, apesar de as mulheres sofrerem uma situação de subordinação no sentido de unidade coletiva, não vivenciam o mesmo tipo de opressão em particular. Para as autoras, a relação que se estabelece entre as relações de sexo e as relações de classe é que capitalismo e patriarcado são sistemas de exploração; o capitalismo se opõe e domina a classe trabalhadora, o patriarcado se opõe e domina mulheres e crianças.

Nesse sentido, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020) trazem uma abordagem crítica ao marxismo radical e alertam para a necessidade de atender as questões sociais atuais, ou seja, trazer para o debate os atravessamentos da classe trabalhadora, como relações de gênero, “raça”, sexualidade e identidade, no entanto,

com equilíbrio, tomando cuidado para não perder de vista a importância da dimensão econômica da vida social. Para as autoras, hoje a crise atual não é só econômica e financeira, mas ecológica, política e social. Por isso essa necessidade da compreensão crítica ao capitalismo integrando novos paradigmas.

A terceira abordagem, segundo Joan Scott (1995), fundamentalmente divide-se entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto, inspira-se na psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Essa abordagem preocupa-se com o processo de construção e formação da identidade do sujeito, ou seja, não define que o homem não possa se dedicar ao cuidado por ter nascido com o sexo genital masculino e a mulher não possa ter uma postura mais firme por ter nascido com o sexo genital feminino. Pontua que a construção social é que faz o sujeito e não o sexo genital recebido ao nascer.

Heleieh Saffioti (1987), em sua obra “O Poder do Macho”, aponta que é demasiadamente pesado o fardo de ser homem pois ser *macho* não significa somente ter êxito econômico, mas conservar valores como força, razão e coragem. Ao homem é condicionado disfarçar, inibir e sufocar seus sentimentos. A supremacia masculina exige a subordinação feminina, onde a mulher dócil e frágil é a contrapartida do homem *macho* e forte; a mulher emotiva é a outra metade do homem racional; a mulher inferior é a outra face do *macho* superior (Saffioti, 1987).

Por via de regra, a agressividade integra o modelo do *macho*: de tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva, ser duro, ser firme. Já à mulher impõe-se a necessidade de inibir qualquer tendência agressiva, mas deve ser dócil, passiva. Caso ela seja uma mulher “despachada” corre o risco de ser criticada, ou seja, a mulher deve sempre ficar na sombra do homem (Saffioti, 1987).

Sabemos que Heleieh Saffioti tem uma abordagem mais marxista, no entanto, ao estudarmos essa obra supracitada, nos deparamos com a riqueza de conhecimento da autora sobre como se constitui o processo de formação da identidade dos sujeitos. Percebemos que os sujeitos se moldam da forma como foram ensinados, tanto é quando um homem é mais doce, mais carinhoso, é alvo de críticas quanto sua sexualidade. O mesmo se dá com mulheres, quando fogem do estereótipo

de doçura e passividade. Assim, a luta das mulheres diz respeito também aos homens, e nesse caso, é preciso que eles conheçam as discriminações de que são alvo com frequência as mulheres, pois quando um homem afirma que o lugar de mulher é no lar por causa de suas “qualidades femininas”, ou nas áreas mais voltadas ao cuidado e não nas áreas técnicas, ele está se colocando como machista ao não aceitar a construção social e histórica dos sujeitos como determinante de suas qualidades.

Assim, finalizamos as tecituras sobre as abordagens de gênero, onde realizamos uma interlocução que reconhece diferenças entre as abordagens, mas também percebe possíveis aproximações, tendo em comum o propósito de combater o machismo e as opressões de gênero. Partimos agora para as considerações finais sobre o tema abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Remontamos o início da construção social do povo brasileiro, que se constitui no início dessa formação de Povos Nativos das Américas, Portugueses e Escravos vindos da África. Nesse contexto, exceto o contexto dos povos nativos, a mulher era muito desvalorizada. Sem direito a ler e a escrever. Não há como duvidar que essa parte da história se reproduz em opressão de gênero, mesmo que inconsciente.

Particularmente, na educação profissional e na educação profissional e tecnológica, onde desenvolvemos pesquisas sobre relações de gênero, temos concluído que o machismo se faz presente.

Quando trazemos as abordagens de gênero desvendamos - no sentido literal de destapar os olhos, tirar as vendas - daqueles e daquelas que porventura ainda não conheciam os tenebrosos caminhos históricos que construíram concepções de gênero. Trazemos a compreensão do patriarcado, onde o comportamento machista acredita que por questões biológicas a mulher deve desempenhar serviços de cuidado, dentro do lar ou fora dele.

Analisamos também a abordagem marxista, que vê a opressão de gênero pelo ângulo da desvalorização dentro da cadeia produtiva, com salários menores e serviços informais, pois as mulheres precisam cuidar da casa também e assim se sujeitam à informalidade.

Por último, analisamos a perspectiva pós-estruturalista, onde fica desvendado que o fator biológico não é determinante para os papéis de homens e de mulheres, mas sim a construção social. Uma linha de pensamento mais próxima à crítica ao patriarcado, porém é proveniente de estudos da psicanálise. Nesse sentido, essa última abordagem entende que não nascemos mulheres ou que não nascemos homens, vamos nos construindo como sujeitos a partir de vivências, de experiências, de ambientes que frequentamos e assim, pela soma dessa construção social é que nos tornamos homens ou mulheres. Podemos desempenhar qualquer papel, em qualquer esfera da vida pública ou privada.

É intrigante que a opressão de gênero atinge a mulher e raramente o homem. A história dos homens vem sendo escrita há muitos séculos. Destacados filósofos lidos até hoje são homens. A mulher trava uma luta diária, é vista como objeto sexual, é alvo de violências das mais diversas: tem suas opiniões não validadas, sua voz não ouvida, seu direito à maternidade suprimido por falta de políticas públicas e sua competência questionada.

Por fim, esperamos que este texto venha contribuir com a desconstrução do machismo principalmente em ambientes marcados pela massiva presença masculina.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades:** limites da democracia no Brasil. 1^a ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto. Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo. **Revista Brasileira de Estudos de Homocultura**, v. 5, n. 18, set. – dez., 2022.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** 1^a ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

OLIVEIRA, Juliana Padilha de. “**Na escola do povo, entraí, meninas...**” **A educação das mulheres no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro no século XIX.** 2019. 61f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho.** São Paulo, SP: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. **Mneme – Revista de humanidades.** Caicó, RN, v. 05, n. 11, jul./set., 2004. ISSN – 1518-3394.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade.** V. 20(2), p. 71-99, jul./dez., 1995.